

À BEIRA DO CAOS

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

A idéia de caos, se idéia pode haver daquilo que é a própria negação da forma, aparece invariavelmente no termo de qualquer palestra sobre os problemas brasileiros. Seja qual for o assunto focalizado — a navegação costeira, a imigração, o ensino, o tráfico, o abastecimento de água, a alta do dólar, a intervenção militar na vida política do país, o café, a liberdade da palavra no rádio e na televisão, o colonialismo social, a lataria americana, os nacionalismos (cada um diferente dos outros e todos igualmente diferentes), a crise da siderurgia, a complexidade do sistema cambial, a carestia da vida, o delírio do planalto, etc. etc. — seja qual for o tema estudado e debatido, a conclusão cabe sempre nesta fórmula que o conferencista pronuncia em tom cavo: "E' o caos!"

No Manifesto do Episcopado fluminense o termo reaparece num contexto de particular gravidade. Com mais moderação do que os conferencistas avulsos, o documento coletivo não diz que já atingimos a perfeição da imperfeição; não diz que já estamos no caos, mas recomenda, entre outras coisas, uma "revisão inadiável da situação econômica nacional (...) para que se evite o caos". Ora, quem recomenda medidas energéticas e urgentes para que se evite a confusão geral e a desordem total, deixa entender, evidentemente, que a situação se avizinha de tal desordem e de tal confusão. O episcopado fluminense, se não diz que estamos no caos, afirma que estamos na beira. E quem diz, com tal gravidade, que o país está à beira do caos, deixa entender, claramente, que não é tranquilizadora a orientação dos atuais dirigentes do país.

O mesmo documento recomenda "empenho consciente da parte de todos (o exemplo devendo começar do alto para que haja força moral de atingir o povo) numa linha de austeridade". Ora, quem em pública e solene declaração, adverte e recomenda a prática da austeridade, deixa transparecer a olhos vistos a apreensão causada pela falta daquilo que aconselha. E deixa evidente também que os altos postos, de onde devia partir o exemplo, não são satisfatoriamente exemplares. Foi assim que li e entendi o manifesto publicado pelos bispos fluminenses. Sendo alfabetizado, um pouco acima da média brasileira, não precisei de nenhum intérprete para entender o que está escrito no referido documento; nem me passou pelo espírito a idéia de entrevistar algum dos signatários do documento para lhe perguntar, com o devido respeito, o que querem dizer os senhores bispos. No lugar do dito signatário, no caso de ser entrevistado, eu responderia como Pilatos: o que escrevi, escrevi.

Os amigos da Presidência da República e de seus Ministérios tentaram explicar que o documento de modo algum visa a alta direção do país. Tentaram arredondar os conceitos, generalizar os conselhos, ampliar as advertências, universalizar as apreensões: procuraram, em suma, transformar um documento normativo, prático, prudencial, pastoral, escrito para atender uma determinada conjuntura dirigida por determinadas pessoas, redigido para

conjurar um perigo real e iminente que ameaça um país concreto, num outro documento que viria lembrar a todos os homens a fragilidade da carne e as cicatrizes do pecado original. Foi dito também, pelos amigos da Presidência e dos Ministérios, que somente a paixão partidária pôde ver no Manifesto do Episcopado fluminense um ataque pessoal ao chefe do governo. Não creio que alguém que tenha lido o que escrevo possa acusar-me de paixão partidária. E' até com certa melancolia que observo em mim a ausência de qualquer estremecimento passional produzido pelos encantos de nossos partidos políticos. Sem nenhuma paixão, sem nenhuma pretensão eleitoral, eu li o que está escrito. Não há, evidentemente nenhum ataque pessoal; mas também não há, nem podia haver em tal tipo de documento, uma advertência inteiramente impessoal. Se alguém escrevesse um artigo para mostrar que falta equipamento e disciplina no Corpo de Bombeiros, e que há perigo de um incêndio geral, é óbvio que tal crítica, concretamente formulada, deveria atingir em primeiro lugar o comandante daquela briosa corporação. As instituições são dirigidas por pessoas. A crítica que delas se faça há de se dirigir forçosamente a pessoas e não a puras essências. E as críticas feitas a pessoas que assumem a responsabilidade das instituições não devem ser vistas com a nota pejorativa de "críticas pessoais", como se estivesse sendo devassada a mais secreta intimidade das referidas pessoas. Se os bispos, em momentos graves, não podem publicar advertências que, visando o bem público e o funcionamento normal das instituições, atinjam as pessoas responsáveis; se só podem ou só devem escrever em termos gerais e universais; se qualquer alusão mais direta ou mais concreta deve ser logo arredondada, pressurosamente alargada, prudentemente generalizada, então conclui-se que os onze signatários do manifesto foram vítimas de um delírio coletivo; ou então conclui-se que foi tão infeliz a redação que chegou a inculcar num brasileiro alfofotizado uma idéia diferente daquela que estava na mente dos signatários.

Na verdade, deixando de lado todas as bizarras hipóteses, o documento quer dizer o que diz, e o que diz não é elogioso nem neutro para os responsáveis pelos destinos do país. Quer dizer isto ou não quer dizer nada.

A principal motivação do Manifesto do Episcopado fluminense foi, sem dúvida alguma, a situação criada pela volta do líder comunista e pela risonha acolhida que a publicidade lhe deu. Nestas mesmas colunas nós já tínhamos feito alusão à estupidez suicida com que os dirigentes das empresas de publicidade trataram a vedete comunista, e por isso sentimos conforto e apoio quando encontramos no grave documento, juízos e até qualificativos iguais aos que tínhamos empregado. Foi realmente de estarrecer a "amável cobertura" que deram ao sr. Luis Carlos Prestes, e isto basta para indicar até que ponto está perturbada a opinião pública e estão loucos os que a manipulam. Há

um ponto, entretanto, em que não acompanho com igual otimismo as esperanças formuladas no Manifesto. Refiro-me às leis complementares, "Lei da Fidelidade" ou "Lei de Defesa Prévia da Democracia", que o Executivo, por intermédio do Ministério da Justiça, pretende encaminhar para o Congresso. Como o próprio Manifesto assinala, "o ambiente já vinha sendo preparado por infiltrações comunistas em vários setores da vida pública, inclusive no exercício de cargos oficiais de responsabilidade..."; ora, para evitar os males dessa infiltração, e para corrigir os existentes, não precisa o Chefe do Executivo forjar nenhum outro instrumento além do que já possui. Na maioria dos casos, como a imprensa cansou-se de assinalar, trata-se de nomeações emanadas da própria Presidência da República, direta ou indiretamente. Não há portanto necessidade de uma lei nova; ou pelo menos não há necessidade e não tem o governo o direito de pedi-la antes de tomar as providências que estão ao alcance de medidas puramente administrativas, que pendem da caneta tinteiro do sr. Presidente. No momento nós nos contentaríamos com estas medidas; ou melhor, não podemos acreditar na sinceridade dos que anunciam que combaterão o comunismo e não começar pelo começo. O próprio manifesto dos bispos, sentindo o perigo que se esconde nas tais leis de emergência, assinala que devem ser "comedidas e justas". Salta aos olhos que a ala oposicionista do congresso não poderá receber passivamente a idéia de uma lei limitadora da liberdade elaborada no Ministério da Justiça em vésperas de eleição. Tudo indica que essa lei será um complemento das restrições que já existem para a liberdade da imprensa falada, formando o conjunto uma espécie de estado de sítio disfarçado. E quando a oposição combater, como espero, a fabricação de mais esse nó de mordação, a situação poderá espalhar pelos quatro ventos que o Congresso não quer colaborar no combate ao comunismo. Será esse o cálculo? Não posso jurar, mas tudo indica que o susto comunista vem a calhar, entra como um coringa, nas cartas que o governo tem na mão neste ano de eleições. Para os que vivem de critérios curtos e imediatos, para os que só pensam no prestígio a ser mantido na hora que passa, para os que fazem da política uma espécie de gradada de xadrez jogada a relógio, pouco importa a ameaça comunista e o seu futuro alcance. O que importa acima de tudo é o proveito que dela se pode tirar neste ano. Dois anos atrás utilizara-se os votos comunistas para eleger os homens que hoje integram o governo; agora utiliza-se o sucesso de Luis Carlos Prestes para obter mais uma lei que torne mais cômodas as próximas eleições. E se algum amigo da situação nos acusar de excesso de pessimismo ou de juízo temerário, nós responderemos que é o próprio governo que nos permite tal desconfiança; se o sr. Presidente da República quer realmente defender o Brasil da infiltração comunista, comece pelo uso correto de sua caneta.